



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

**MOVIMENTO É VIDA:
ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS
PARA TODAS AS PESSOAS**

Relatório Nacional de
Desenvolvimento Humano do Brasil
2017

Mulheres e esporte

Djamila Ribeiro

INTRODUÇÃO

O racismo se constitui como um elemento que estrutura todas as relações sociais. No Brasil, país com mais de 300 anos de escravidão e último do mundo a abolir, as desigualdades provenientes dessa realidade perversa colocam a população negra, maior do país, em lugares de vulnerabilidade. O racismo além de impedir a mobilidade social da população negra, a violenta e desumaniza. Se aliado a outras opressões, entendendo a impossibilidade de pensar categorias como machismo e opressão de classe de forma isolada, a mulher negra acaba sendo o grupo mais prejudicado e vulnerável.

Neste paper, falaremos sobre a relação direta entre racismo e sexismo, suas consequências para a mulher no geral e, em particular, no esporte. As imposições e construções do feminino radicalmente diferentes em relação a mulher branca, refutando assim uma noção universal de mulher, e a exclusão da mulher negra em esportes em que não se valorizam os dotes físicos, as barreiras estruturais que a impedem de ascender a determinadas modalidades.

1. Construção do feminino

Simone de Beauvoir já havia desnaturalizado o ser mulher, em 1949, em *O segundo sexo*. Ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se”, a filósofa francesa distingue entre a construção do “gênero” e o “sexo dado” e mostra que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher, assumindo assim um aspecto de opressão. No primeiro capítulo de *O segundo sexo*, a filósofa francesa refuta o que chama de dados da biologia, recusando um determinismo biológico em relação à mulher. O que ousou chamar de “sexismo biológico”, não há uma epistemologia determinada sobre esse termo, utilizo-o em referência aos estudos de evolução biológica do século XIX que aplicaram o conceito de racismo biológico, marcando a relação de superioridade e inferioridade entre colonizadores e conquistados, mais precisamente na América, que legitimou as relações de dominação europeia ao atribuir aos negros uma “inferioridade natural” devido à cor e tamanho do cérebro.



A mulher tem útero e ovários, o homem não tem. O problema reside na afirmação de que por ter útero e ovários a mulher seria inferior – em sentido político, moral ou mesmo intelectual – em relação ao homem. Essas significações hierarquizadas diante das diferenças sexuais colocam a mulher numa situação de desvalorização permanente perante o homem. Para a biologia, por exemplo, o termo “fêmea” prende a mulher ao seu sexo e a consequência disso é nunca se libertar de uma situação.

A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e essa palavra basta para defini-la. Na boca do homem, o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!” O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo (BEAUVOIR, 1980, p. 25).

Ou seja, a biologia é utilizada como base para a legitimação da opressão da mulher. É como se dissessem: “a mulher é isso e não há nada que se possa fazer”. O sentido político e objetivo da diferença se dá porque a diferença biológica que há produz desigualdade que não é meramente biológica.

Em entrevista concedida em 1979 a Margaret Simons e Jessica Benjamin, disse Beauvoir: “Há, de fato, uma diferença biológica, e que não deveria, mas é utilizada como base da diferença sociológica” (BEAUVOIR apud Simons, 1999, p. 18. Tradução minha).

Embora essa crítica do feminino seja extremamente pertinente, seu caráter universalizante deixa de fora realidades como a das mulheres negras. Em *Mulheres, raça e classe*, Angela Davis aborda como a construção do feminino se dá de forma diferente em relação à mulher negra. No primeiro capítulo do livro intitulado “Legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher”, Davis fala como as mulheres negras escravizadas eram tratadas da mesma forma que os homens negros, no sentido de serem forçadas a executar os mesmos tipos de trabalho, inclusive os que necessitam de uso da força. Logo, essa imposição de fragilidade, fraqueza, não se aplicava a essas mulheres. Elas eram vistas como resistentes, fortes, construindo uma ideia de que mulheres negras são inerentemente fortes e mais resistentes à dor.

A persistência da escravidão por mais de três séculos, sendo o Brasil o último país do mundo a aboli-la, além de ter estruturado a subordinação econômica

da população negra, criou estereótipos e violências simbólicas importantes, como a fetichização e estereótipos.

Sueli Carneiro, filósofa e feminista negra, exemplifica bem a diferença radical entre mulheres negras e brancas e respectivas construções históricas:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos também que, em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor.

Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: "Exige-se boa aparência".

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de



um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde.

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas, como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas –, tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, 50, 51).

2. Contexto histórico

Nos jogos olímpicos da Antiguidade, as mulheres eram proibidas até de assistir às competições. Essa proibição constava no primeiro item do regulamento olímpico que proibia a participação das mulheres em qualquer modalidade. Na Grécia Antiga, a lei de participação da mulher em competições esportivas era muito rígida, a ponto de constar no regulamento dos jogos um artigo que diz que as mulheres casadas não poderiam assistir aos jogos sob pena de morte.

Apesar de vários avanços, a participação efetiva do sexo feminino nos esportes competitivos aconteceu apenas nos Jogos Olímpicos de 1900. Onze mulheres foram até Paris, na França, para participar dos I Jogos Olímpicos da era Moderna. Uma das mulheres mais importantes para a inclusão feminina nas olimpíadas foi a francesa Alice Melliat que, por meio da Federação Esportiva Feminina Internacional, reivindicou, junto ao Comitê Olímpico Internacional, a entrada efetiva do sexo feminino nas competições de atletismo e de outras modalidades nos jogos olímpicos.

Maria Lenk foi a primeira mulher sul-americana a participar das olimpíadas, com 17 anos de idade. Desde então, a participação feminina nos jogos cresceu constantemente, fazendo com que a maioria dos esportes sirva para os dois sexos.



As mulheres conseguiram se destacar por meio das lutas contra os preconceitos na sociedade, e até mesmo em atividades em que homens predominavam no esporte.

Importante ressaltar que, quando o tema é mulher e esporte no Brasil, precisamos refletir sobre algo fundamental: a inexpressiva participação da mulher nos setores de organização e de direção do esporte, seja nas federações e confederações esportivas e no próprio Comitê Olímpico Brasileiro, cujos cargos ainda permanecem majoritariamente compostos por homens (PFISTER, 2003).

Essa construção do feminino baseado na fragilidade e submissão faz com que, apesar de muitos avanços, a mulher não seja vista como um sujeito que pode praticar modalidades ligadas à força. Isso também se estende a outras práticas que não englobam o esporte de alto rendimento. Essa imposição de um padrão de beleza para as mulheres faz com que muitas se dediquem à prática do exercício físico para se moldar a esse.

“Tanto quanto realizar um bom casamento, evitando, por exemplo, as relações inter-raciais, fortalecer o corpo feminino passa a ser uma necessidade nacional” (KEHL, 1937). Não é sem razão, portanto, que vários intelectuais de destaque reconhecem a prática do esporte como necessária às mulheres, ainda que sejam várias as restrições impostas e diversos os cuidados a serem seguidos (AZEVEDO, 1920; LOYOLLA, 1932).

Há, portanto, um interesse que mulheres se dediquem à prática de exercícios para se manter dentro do que se estabelece como socialmente aceitável para o corpo de uma mulher, dentro de uma lógica patriarcal.

O esporte se traduz como um elemento fundamental para uma maior visibilidade das mulheres no espaço público. Nos últimos tempos, houve um aumento significativo de nomes femininos que ganharam projeção, porém esse sucesso e conquistas se deram muito mais por conta de esforços individuais ou de grupos de mulheres e homens do que necessariamente por conta de uma política efetiva de inclusão de mulheres no âmbito do esporte e das atividades de lazer.

E, sobre as atividades de lazer, se faz importante debater a relação da mulher com o espaço público.

Estudos revelam que mulheres utilizam e ocupam o espaço público de modo diferente dos homens. De maneira geral, pode-se afirmar que mulheres transitam pelo espaço público dentro de uma lógica específica, resultado de funções impostas; possuem a necessidade de conciliar as funções de trabalho, o cuidado doméstico e para com os filhos.



Para Perrot (2007), em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas, mas elas vêm rompendo com esses padrões. De fato, as mulheres têm buscado maciçamente sua inserção nos espaços públicos e, não obstante, “têm reivindicado cada vez mais seus direitos de cidadania e aberto novas formas e espaços de lutas” (RAGO, 2003, p. 7). Daí a relevância de se visibilizar essas mulheres, conhecer sua história, falar de suas experiências, seus desafios e mudanças sociais ocorridas. Os estudos feministas têm procurado superar os caminhos estabelecidos pela lógica androcêntrica e, com seus estudos analíticos, romper com os modelos de dominação. Investem numa lógica na qual o diferente e a historicidade possam ser incluídos. Perrot (2007) argumenta que, se o clima intelectual muda, a maneira de escrever a história também muda. Por certo, um dos fatores dessa mudança se refere à presença das mulheres nas universidades (PERROT, 2007).

A questão da banalização do assédio afeta também essa lógica e as possibilidades concretas de escolhas das mulheres. O fato das mulheres serem assediadas impacta as escolhas das mulheres sobre como e onde circular no espaço urbano. E isso tudo resulta em necessidades diferentes de acessibilidade nas vias, iluminação, transporte público e até zoneamento urbano.

Todas essas questões podem ser barreiras para que mulheres se exercitem. Nesse sentido, é necessário pensar uma política de direito à cidade levando essas pautas. Como a ampliação de vagas em creches; equipamentos de ginástica em espaços públicos e de forma descentralizada, pensando as questões específicas de cada território; iluminação pública para que a mulher não sinta medo de transitar pela cidade; entre outras. Importante notar que em relação às creches, para além do aumento de vagas, é preciso igualmente pensar na ampliação do horário de funcionamento bem como a importância de creches noturnas para que a mulher mãe possa ter tempo para se ocupar de atividades físicas.

3. Mulher negra e estereótipos

Estereótipos são generalizações impostas a grupos sociais específicos, geralmente aqueles oprimidos. Numa sociedade machista, impõem-se a criação de papéis de gêneros negando humanidade às mulheres e como forma de manutenção de poder. Por exemplo: “mulheres são naturalmente maternais”, “mulheres devem cuidar de afazeres domésticos”. Esses estereótipos servem para naturalizar



opressões que são construídas socialmente e que passam a mensagem de que o espaço público não é para mulheres. Da mesma forma com pessoas negras: “toda negra sabe sambar”, “todo negro é bom de bola (desde que não goleiro)¹”, estereótipos esses que têm a finalidade de manter esses grupos em lugares determinados, no caso das mulheres negras, de subalternidade ou exotização.

“Por serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...)

Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o ‘outro’ do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o ‘outro’ do outro.” Grada Kilomba: *Plantation Memories. Episodes of Everyday Racism*, p. 124.

Nessa afirmação de Kilomba, percebemos que ela discorda da categorização feita por Beauvoir. Para a filósofa francesa, não há reciprocidade, a mulher sempre é vista pelo olhar do homem num lugar de subordinação, como o outro absoluto. Além do que, essa afirmação de Beauvoir diz respeito a um modo de ser mulher, no caso, a mulher branca. Kilomba além de sofisticar a análise, engloba a mulher negra em seu comparativo. Para ela, existe reciprocidade entre mulher branca e homem branco e entre mulher branca e homem negro, existe um status oscilante que ora pode permitir que a mulher branca se coloque como sujeito, Kilomba rejeita a fixidez desse status. Mulheres brancas podem ser vistas como sujeitos em dados momentos, assim como o homem negro também. Beauvoir diz: “Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição de ‘outro’. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana.” Kilomba, além de mostrar que mulheres possuem situações diferentes, rompe com a universalidade em relação aos homens também mostrando que a realidade dos homens brancos não é a mesma da dos

¹ Ler sobre a questão do goleiro Barbosa, goleiro da Copa de 1950 que, após a derrota do Brasil, foi considerado o grande culpado, criando assim a mística de que goleiro negro não era bom.



homens brancos, que também em relação a esses deve-se fazer a pergunta: de quais homens estamos falando? Reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante, nos possibilita enxergar as especificidades e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras.

Para Kilomba, ser essa antítese de branquitude e masculinidade impossibilita que a mulher negra seja vista como sujeito, a mulher negra, então, seria o outro absoluto para usar termos de Beauvoir. O olhar tanto de homens brancos e negros e mulheres brancas confinaria a mulher negra num local de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado.

4. Força X inteligência

As teorias biologizantes do século XIX e estudos de evolução biológica tentaram fundamentar uma inferioridade natural da população negra para justificar a escravização desse grupo. Teorias como de Gobineau, no Brasil, como as de Nina Rodrigues, evidenciam o racismo científico. Tentou-se normatizar a incapacidade intelectual das pessoas negras em detrimento de se assumir que o racismo excluía e exclui historicamente esse grupo de espaços de pensamento. Considerada racista e parte de uma ideologia de dominação, apesar de defasada, essa construção ainda se faz presente no imaginário da população.

Somado a isso, a exclusão permanente de pessoas negras dentro da Academia reforça esse espaço como de saber branco.

A intelectual negra Lélia González foi uma das grandes críticas do eurocentrismo em relação à produção de conhecimento e à exclusão do sujeito negro. Criticando a ciência moderna como padrão exclusivo para a produção do conhecimento, vê a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado e universal é branco. Disso decorre que a explicação epistemológica eurocêntrica conferiu ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do conhecimento válido, estruturando-o como dominante, e inviabilizando, assim, outras experiências do conhecimento. Segundo a autora, o racismo se constituiu “como a ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação”.

Boaventura Santos possui um termo que exemplifica a exclusão dos saberes negros: epistemicídio. O que seria o assassinato de epistemes e saberes que não se encaixam no que Derrida chama de falo logo centrismo, o saber tendo como padrão o branco e o masculino.



Como diz Angela Davis:

“Com frequência, os poderes mistificadores do racismo emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma paciência feroz no que se refere à aquisição de educação. (...) As pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade”

(DAVIS, 2016. pp. 108-112).

Essas tentativas de legitimar uma inferioridade natural da população negra aliado ao fato da construção baseada na força e resistência, numa ligação direta ao corpo versus mente, se constituem como barreiras importantes para impedir o acesso da população negra não somente aos espaços letrados mas também a determinados esportes. É sabido que no Brasil, durante muito tempo, o futebol, esporte inglês, somente pessoas da elite podiam praticar. O Vasco da Gama, clube carioca, foi o primeiro a quebrar essa barreira. Atualmente, mesmo com jogadores de futebol consagrados e esse esporte sendo o mais popular, temos jogadoras, mas não técnicos negros.

Do mesmo modo, nos Estados Unidos, acontece em relação ao basquete. Durante muito tempo, jogadores de basquete negros não eram considerados aptos por não possuírem “racionalidade”. O Texas Western foi o primeiro time de basquete universitário da divisão principal a atuar com cinco jogadores negros, em 1966. O jogo se tornou histórico por esse fato e pelo time ter vencido a Universidade de Kentucky, grande nome da época. Mesmo atualmente a maioria dos jogadores serem negros na NBA, o mesmo acontece no Brasil em relação ao número de técnicos. No livro *Escravos de 40 milhões de dólares (Forty million dollar slaves)*, o sociólogo e colunista do New York Times, Willian C. Rhoden, acredita que a população negra só é valorizada por seus dotes físicos, relação que vem desde o trabalho forçado nas lavouras. E, mesmo hoje, obtendo sucesso em alguns esportes, a relação de escravidão não mudou pelo fato de os dirigentes (cartolas) serem brancos e serem os que mais lucram com o sucesso desses jogadores, a relação de poder seguiria a mesma.

Para Rhoden, essa relação de poder estabelecida faz com que os jogadores negros, em sua maioria, sejam apolíticos e alguém que apenas obedece às normas



e condutas. A ideia do negro incapaz intelectualmente permanece quando o único lugar possível é sendo esportista e, mesmo assim, em modalidades não elitistas. Quando falamos de mulheres negras a desigualdade se acentua desde a questão salarial; mulheres ainda ganham menos do que os homens no esporte e, se o grupo masculino negro é excluído, o feminino é ainda mais. Se existiram escassos homens negros como técnico de futebol, por exemplo, nunca houve uma mulher negra, assim como em outras modalidades. Esse espaço é majoritariamente masculino e branco.

A subordinação econômica estruturante impede que a população negra ascenda a espaços de privilégios, limita o acesso a determinados esportes. Diferentemente da mulher branca que não pratica determinados esportes por ser considerada frágil, não apta “naturalmente” para esportes que exigem forças, a mulher negra, como já citado, ligada à força e resistência, não está massivamente em alguns esportes por conta da barreira econômica intrinsecamente ligada à racial.

Esportes que exigem materiais caros para serem praticados excluem essas mulheres. É o exemplo do tênis. As irmãs Williams são uma exceção num esporte predominantemente branco. Venus e Serena Williams nasceram pobres e começaram no esporte sendo treinadas pelo pai em quadras públicas de tênis. Após se destacarem, ganharam bolsas para treinar em academias caras. Serena é considerada a maior jogadora de tênis de todos os tempos, possui 22 títulos de grand slam (os mais importantes), é campeã olímpica. Mesmo assim, é vítima constante de comentários racistas tanto pelos seguidores do esporte quanto pelos comentaristas esportivos. No Brasil, os comentaristas comumente se referem a ela como “Serenão”, fazendo alusão a sua forma física, fazem piadas sobre seus cabelos e supostos relacionamentos. Além disso, apesar de ser muito mais campeã que Maria Sharapova, tenista que possui 5 títulos de grand slam, esta última ganhou mais em publicidade do que Serena durante 11 anos. Somente em 2016, Serena passa a ser a atleta mais bem paga do mundo, com um faturamento anual de 100 milhões de dólares, segundo a Revista Forbes. Porém, importante ressaltar que o fato de Sharapova ter sido suspensa por doping no início de 2016 pode ter influenciado nesse ranking.

Em contrapartida, em esportes como atletismo, a presença dessas mulheres não causa espanto. Diversas atletas de diferentes países possuem destaque. Também no esporte, o racismo determina quais são os lugares para a mulher negra.

Importante notar que, apesar de muitas mulheres negras se destacarem em várias modalidades esportivas, ainda se faz necessária uma política efetiva de inclusão.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIRROS, L. **Mulher negra: o reforço da subordinação**. In: LOVELL, P. (org.). Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- BAIRROS, Luíza. **Nossos feminismos revisitados**. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org.). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v. 3 n. 3, 1995.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. **As belas imagens**. Tradução de Lucila Ribeiro Bernardet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- _____. **O segundo sexo – a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- _____. **O segundo sexo – fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- _____. **Por uma moral da ambiguidade**. Tradução de M. J. de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu (26), pp. 329-376, jan./jun. 2006.
- CARNEIRO, Sueli. **Estrelas com luz própria**. In: Revista História Viva. Edição Especial Temática n. 3. Temas Brasileiros. São Paulo: Duetto Editorial, 2006.
- _____. **Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA, Empreendedores Sociais e TAKANO Cidadania (org.). Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 14, 1989.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 108-112.
- HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody: Passionate politics**. Pluto Express, 2000.
- KILOMBA, Grada. **Plantations memories: episodes of everyday racism**. 2012
- LORDE, Audre. Textos escolhidos. Disponível em: <difusionfeminista@riseup.net> Acesso em: 10 jan. 2012.
- WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar./jun. 2010.

